



Ressignificando o olhar: a favela em busca de seu lugar¹

Vitor Monteiro de CASTRO²

Resumo

O presente trabalho procura demonstrar a necessidade de uma comunicação desvinculada de interesses econômicos para a busca por justiça social. O trabalho propõe uma nova comunicação, e como ela deve atuar dando voz e visibilidade a ações de interesse coletivo, em contraste com os estereótipos e interesses apresentados pela mídia hegemônica. Disseminando outras vozes e manifestações, essas novas mídias passam a lutar pela hegemonia, numa tentativa de ressignificar os olhares sobre os espaços populares.

PALAVRAS-CHAVES: hegemonia; contra-hegemonia; favela; espaços populares

1. Meios de comunicação e hegemonia – a mídia como instrumento de poder

Os meios de comunicação hoje representam um importante instrumento de poder na sociedade, na disputa por hegemonia e principalmente na constituição da opinião pública. Esses meios são capazes de influenciar de forma expressiva a vida cotidiana e a atuação política dos sujeitos. Pensar a comunicação e seus meios hoje é refletir sobre seu papel de legitimar e dar sustentação à ação coercitiva do Estado, procurando moldar a vontade política da sociedade, mas também a capacidade de empreender manifestações contra-hegemônicas, com vozes que destoam na busca de organizar uma nova cultura e uma nova ordem social.

No Brasil, o controle da mídia cabe a alguns poucos grupos econômicos familiares. Essa concentração desarticula os sistemas locais de informação, que poderiam desempenhar um papel importante ao dinamizar iniciativas locais de gestão participativa. Pior, “a distribuição das afiliadas das grandes redes encontra no cenário regional atores identificados tanto com as lideranças políticas quanto com as igrejas eletrônicas” (SANTOS, 2007, p.128).

É neste contexto que estão também presentes as corporações transnacionais, interessadas no comércio de mercadorias e na publicidade, além da expansão de seus mercados. Essas mídias são agentes importantes na organização da cultura e há, portanto, uma “complexa rede de articulações corporativas envolvendo mercados e idéias, mercadoria e democracia, lucratividade e cidadania” (IANNI, 2003, p. 151).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro: vitormonteirodecastro@gmail.com



Gramsci já colocava a imprensa como um “partido”, com a função de consolidar a coesão do conjunto da classe dominante, assim como assegurar a adesão dos subalternos. Essa relação, no entanto, não é direta e na maioria das vezes não é imediatamente visível. A análise de Gramsci se dá a partir das revoluções democrático-burguesas dos séculos XVIII e XIX contra o estado feudal, a nobreza e o clero, que deram origem ao liberalismo. Nesse momento surge o que Gramsci vai chamar de *aparelhos privados de hegemonia*, onde o Estado não é apenas o conjunto dos aparelhos de coerção, mas esses elementos de coerção fazem parte agora da *sociedade política*. Nesse momento surge também a *sociedade civil*, com relações de hegemonia, que complementam os aparelhos de coerção pelo convencimento (imprensa, igrejas, sindicatos, etc.). São organizações que contribuem para a formação política, intelectual e moral da sociedade. Uma forma de dominação ideológica, na tentativa de conquistar o consenso dos dominados. Esses aparelhos de hegemonia sustentam os aparelhos coercitivos e esses legitimam os aparelhos hegemônicos. A sociedade civil é a instância responsável pela produção e difusão do discurso ideológico de uma determinada classe (GRAMSCI, vol.3, 2007).

A mídia hegemônica não representa de forma plural os interesses de toda a sociedade. Ela se limita a interesses particulares, e tem uma preocupação em atender a suas demandas imediatas, no caso, ligada às classes média e alta, deixando de lado interesses das classes econômicas mais baixas. Marilena Chauí demonstra como as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante dessa época. Ela explica que o dominante se reveste de generalidade e de universalidade que anulam e ocultam a realidade das classes,

a ideologia realiza uma operação bastante precisa: ela oferece à sociedade fundada na divisão e na contradição interna uma imagem capaz de anular a existência efetiva da luta, da divisão e da contradição: constrói uma imagem da sociedade como idêntica, homogênea e harmoniosa. Fornece aos sujeitos uma resposta ao desejo metafísico de identidade e ao temor metafísico da desagregação (2007, p. 38).

Para que a violência da dominação exercida por uma classe seja considerada como natural e legítima, sem insuflar uma revolta nos dominados, é preciso que essa dominação seja anulada como violência. Para isso, produz-se uma imagem unificada da sociedade, com indicadores suportáveis e aceitáveis para todos os seus membros. A idéia de que o Estado representa toda a sociedade e que todos os cidadãos estão



representados pelo Estado, que todos têm o direito à cidadania é a forma de legitimar a dominação. Chauí diz que essa operação ideológica passa por dois ocultamentos: “o da divisão social e o do exercício do poder por uma classe social sobre outra” (*idem*, p. 39).

Os meios de comunicação têm um papel privilegiado no sentido de produzir essas subjetividades, revestindo-se de universalidades e generalidades que interessam diretamente ao sistema dominante.

2. A necessidade de uma comunicação contra-hegemônica

No século XX, nos deparamos com uma nova realidade, uma nova ordem mundial com o fenômeno da globalização – entendida aqui como um conjunto de técnicas unificado pela tecnologia da informação. Essa globalização do capitalismo é capaz tanto de germinar a integração como a fragmentação. Isso acarreta um custo social, econômico, político e cultural para muitos indivíduos e coletividades e classes sociais subalternas. Em todo o mundo, ainda que em diferentes níveis, a maioria é atingida pelas mais diversas formas de fragmentação.

Nos últimos vinte anos, o processo de expansão do neoliberalismo pelos setores dominantes gerou fortes transformações na correlação de forças entre as classes sociais. Se ao longo dos anos 1980 tivemos um dos períodos mais intensos de lutas populares no Brasil, a partir dos anos 1990 houve um refluxo dessas mobilizações – que permanece até os dias de hoje (FONTES, 2008, p. 154). Essa desmobilização tem como causas o aprofundamento das desigualdades sociais, o aumento da violência e o consenso de ordem estabelecido pelo senso comum. Esta última tem relação direta com os meios de comunicação hegemônicos, que atuam como agentes legitimadores da ordem imposta e naturalizadores desse processo. Neste contexto, pensar em qualquer projeto amplo de intervenção sócio-política nas cidades depende de uma ação eficaz no campo da comunicação. A partir das reflexões de Gramsci sobre cultura e aparelhos de hegemonia, é possível relacionar a comunicação com a totalidade da vida social e a compreender como “cultura, práxis interativa, mediação entre sujeito e objeto” (COUTINHO, 2008, p. 43). Essa relação trata todo processo de comunicação como parte do processo de hegemonia – entendida aqui como uma liderança moral e intelectual de um grupo social sobre o conjunto da sociedade – capaz de criar uma “unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção do mundo” (GRAMSCI, 2007, v.1, p. 399). É neste campo



que Gramsci faz também uma crítica ao uso da palavra *ideologia*. Para ele, é preciso “distinguir ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a determinada estrutura, e ideologias arbitrárias (...)” (*idem*, p. 237).

As ideologias arbitrárias, para Gramsci, “não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc.” (*idem*, p. 237-8), que podem ser representados hoje pelos dispositivos tecnológicos da mídia hegemônica, que influenciam de forma decisiva as dinâmicas e relações de poder do atual mundo globalizado. As instâncias modernas de mediações sócio-culturais, onde se dava a formação do sujeito (a escola, a igreja, a família, os partidos, os sindicatos), dividem cada vez mais esse espaço com os meios de comunicação. As mídias têm hoje um papel efetivo na educação, no jeito de cada um pensar e sentir a sociedade, de se perceber em sociedade. Porém, essa atuação dos meios de comunicação hegemônicos tende a se voltar para a manutenção da estrutura socioeconômica.

Pensando na ideologia orgânica proposta por Gramsci, ideologias que “‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (*idem*, p. 237), é possível alegar que da mesma forma que os meios de comunicação têm poder de influência na formulação de ideologias arbitrárias, têm também potencial para promover a integração urbana e contribuir com a redução das desigualdades sociais, contribuindo para uma tomada de consciência e o conseqüentemente fortalecimento de movimentos populares, na tentativa de garantir uma circulação mais livre das diferentes manifestações simbólicas e culturais de uma cidade.

No Brasil, contudo, e no caso específico da cidade do Rio de Janeiro, o saldo da atuação das mídias de ampla abrangência é danoso para as favelas e zonas de periferia, já que esses espaços são retratados pelo que não têm, pelos discursos da carência e da ausência, por um olhar de fora que, sem cerimônia, constrói uma representação estereotipada e simplificada, com ênfase quase total na violência e na criminalidade. Não há praticamente compromissos com a valorização do patrimônio cultural ou com fortalecimento de instâncias de identidade locais.

Os sistemas de informação atuais não foram organizados pensando na participação da sociedade em sua construção, mas voltados para o individualismo. O problema não está presente na falta de informações, mas justamente no oposto, na excessiva quantidade de informações jogadas diariamente sobre a violência nas grandes cidades. As soluções apresentadas se colocam sempre com a extinção do problema,



encontrado por completo nas favelas e periferias, sem uma reflexão mais aprofundada do problema, que envolveria outras esferas e locais da cidade.

Essa enxurrada de informações e notícias acabam por desorientar o sujeito, impedindo ações de cidadania, pois faz com que as pessoas se tornem passivas em suas ações. Essa confusão resulta desse excesso porque a

informação útil, quando afogada num mar de informações que não nos interessam num momento determinado, simplesmente não pode ser utilizada. A informação tem que ser relevante para o que fazemos (...) Podemos viver com muito menos informação do que o dilúvio a que somos diariamente submetidos. Mas temos de ter a informação que efetivamente nos interessa³.

Quando a informação perde seu caráter de fortalecer o debate democrático e passa a ser considerada como uma mera mercadoria, é preciso criar alternativas de informações responsáveis, que não estejam estreitamente ligadas a interesses particulares e empresariais. Para pensarmos em processos de transformação da sociedade no Brasil, com o propósito de atingir as grandes massas, é preciso um maior controle da sociedade sobre esses meios de comunicação, que são “poderosos instrumentos de criação, difusão e ação cultural” (COUTINHO, 2006, p. 107). Para esse controle social da mídia é preciso um amplo processo de democratização da sociedade, de ativação da sociedade civil, de pressão das classes sociais subalternas, de uma opinião pública que atue de baixo para cima, em suma, uma comunicação que atue contrapondo a mídia hegemônica.

Para Coutinho, a mídia representa “a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas. (...) é ela que garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à dominação do capital” (2008, p. 47). E embora seja na esfera da sociedade civil que as camadas subalternas também elaboram sua visão de mundo, contrapondo-se à visão hegemônica, a mídia cumpre o papel de desequilibrar essa relação de forças em favor dos grupos dominantes (*idem*, p. 48), influenciando a opinião pública.

Com a opinião pública a favor, “o consenso da maioria justifica, legítima e dá sustentação à ação coercitiva do Estado” (GRAMSCI, v. 3, p. 265). Quando este “quer iniciar uma ação pouco popular cria preventivamente a opinião pública adequada, ou

³ Cf Ladislau Dowbor. “Informação para a cidadania”, disponível em www.dowbor.org/04infocid.doc, acesso em 20 de janeiro de 2009.



seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (*idem*). Gramsci complementa:

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isso, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (*idem*)

Tomemos o exemplo dos moradores das favelas e periferias. Embora a grande maioria dessa população seja contra a política de segurança pública adotada, pautada no confronto e que vitimiza esses moradores, a opinião pública já apresenta uma posição favorável, difundida e legitimada especialmente pela mídia hegemônica, que possibilita essas ações e, mais do que isso, uma naturalização dessas ações, mesmo que o número de mortes de civis, policiais e traficantes aumente a cada novo dado disponibilizado pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio. Como afirma Coutinho, “o partido da mídia organiza e adéqua com extrema eficácia a visão de mundo da sociedade às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e aos interesses dos grupos de poder” (2008, p. 51).

Uma contraposição a essa visão de mundo empregada pelas mídias hegemônicas se coloca como fundamental para a difusão de idéias inovadoras que tenham condições de alterar o atual quadro de desigualdade social. Meios de comunicação que se identifiquem com o que Gramsci chamou de aparelhos privados de hegemonia, atuando na esfera da sociedade civil, com autonomia em relação ao Estado, são meios capazes de criar esses espaços de contraposição à lógica do capital, procurando ampliar sua ação de influência para toda a sociedade, mesmo sem serem dominantes. Vale ressaltar que esses novos meios devem se colocar claramente ao lado dos interesses das classes sociais subalternas.

3. Mídia e memória: o contexto como meta

Uma das críticas que podem ser feitas à mídia hegemônica é a falta de contextualização das notícias, deixando de lado o meio social e as implicações sociais que esse local representa para determinado fato. De acordo com o pensador russo Mikhail Bahktin, as palavras são carregadas de conteúdo ideológico e compreendemos e reagimos a elas de acordo com o que são capazes de nos despertar. Ele acredita que o



diálogo só é possível se os cidadãos reconhecerem-se nos meio social e no contexto social em que vivem. Para ele,

em cada época de sua existência histórica, a obra é levada a estabelecer contatos estreitos com a ideologia cambiante do cotidiano, a impregnar-se dela, a alimentar-se da seiva nova secretada. É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um tal vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma determinada época, que ela é capaz de viver nessa época. (...) Rompido esse vínculo, ela cessa de existir, pois deixa de ser apreendida como ideologicamente significante (1987, p. 119).

Essa significação da obra nos faz refletir sobre a importância da memória para as populações das favelas e periferias. A noção de memória está ligada diretamente à idéia de reconstrução de idéias e imagens. As memórias nada mais são do que reinterpretações dos sujeitos sobre determinado acontecimento, e variam de acordo com as necessidades e demandas desse sujeito. O francês Michael Pollak coloca a memória como um campo de disputa, onde a memória oficial, para ele, tem um caráter “destruidor, uniformizador e opressor” (1989, vol.2, p. 4). Ana Paula Goulart interpreta essa memória oficial postulada por Pollak com o objetivo de “ordenar os fatos segundo certos critérios” (2008, p. 189). Essa ordenação se dá “sobre zonas de sombras, silêncios e esquecimentos e repressões” (*idem*). Essas memórias coletivas impostas não são o único fator aglutinador, mas têm um papel importante para a manutenção das estruturas sociais tais como estão na sociedade. Goulart diz que este espaço de disputa pela memória é permeado “por complexas relações de classe, gênero, étnicas e etárias, que determinam o que deve ser lembrado ou esquecido, por quem e para que fim” (*idem*, p. 192)

Se o passado de uma coletividade se sustentou tradicionalmente pela história enquanto disciplina, essa mesma história, desde a Idade Média até os dias atuais, sempre se colocou como cúmplice do poder constituído. Com isso, e pela importância que teve no papel de formação e formalização da memória, podemos dizer que a história comunga do que Pollak denomina de memória oficial. Goulart afirma que o discurso “da história-disciplina – enquanto um discurso da verdade – se constituiu como uma ‘fala autorizada’, socialmente reconhecida como tal pelo conjunto da sociedade” (*idem*, p. 194). Mas o que temos visto hoje é uma perda desse papel de construtora da memória oficial da história-disciplina, principalmente pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Essa passagem é dita por Goulart: “Hoje cada vez mais, são os meios de



comunicação o *locus* onde se realiza o trabalho sobre as representações sociais. A mídia é o principal *lugar de memória e de história* das sociedades contemporâneas” (*idem*, p. 195). A mídia desempenha um papel, portanto, importante na construção – ou reconstrução – da memória coletiva.

Com um viés claramente voltado para a defesa dos interesses das classes e grupos de poder dominantes, a mídia influencia para que essa reinterpretação seja feita de acordo com os interesses dos grupos de poder. Essa ressignificação dos fatos pela mídia faz parte também de uma estratégia de coesão social. Um exemplo é a noção de periculosidade em relação às favelas do Rio de Janeiro. Na grande maioria das reportagens e matérias sobre as favelas, as chamadas sempre fazem questão de nomeá-las como “uma das favelas mais violentas do Rio”. Em uma pesquisa aleatória na ferramenta de buscas na internet Google, com a frase “uma das favelas mais perigosas do Rio”, encontramos 138 resultados⁴. Para a frase de mesmo significado, “uma das favelas mais violentas do Rio”, foram encontrados 112 resultados⁵. Essa introdução às notícias não significa necessariamente que a matéria ou reportagem que está sendo veiculada tenha o foco na violência. Mesmo quando a notícia é sobre algo positivo nas favelas, a noção de perigo – e de surpresa de algo positivo dentro *de uma das favelas mais perigosas do Rio* – é comum nas notícias. Essa *delimitação geográfica do medo* acarreta uma visão estereotipada dos espaços populares.

Para Goulart

Os meios de comunicação, desde o século XX, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes conferiu o direito de produzir enunciados em relação à realidade, aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância (*idem*).

Não é o caso também de afirmar que todas as práticas de memória banalizam o passado. Nenhum grupo social, por mais sólido e estável que possa parecer, consegue se manter intacto sem qualquer forma de resistência. Existem formas de constituição de narrativas que reproduzem a experiência vivida pelas classes subalternas. Um

⁴ Acesso no dia 26 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=%E2%80%9Cuma+das+favelas+mais+perigosas+do+Rio%E2%80%9D&meta=&aq=f&oq=>

⁵ Acesso no dia 26 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=%E2%80%9Cuma+das+favelas+mais+violentas+do+Rio%E2%80%9D&meta=>



contraponto a essa memória oficial e dominante Pollak denomina de *memórias subterrâneas*, uma espécie de memória “clandestina” ou até mesmo ignorada pela classe dominante, mas que em algum momento pode surgir e ocupar um espaço na sociedade.

Essas memórias subterrâneas são geralmente conservadas pela família ou em pequenos grupos culturais e “transmitem e conservam lembranças proibidas, reprimidas ou simplesmente ignoradas pela visão dominante” (*idem*, p. 189). As memórias subterrâneas não estão ligadas apenas a situações de repressão, mas também como forma de resistência, “à medida que, apesar de não serem contempladas pelos discursos hegemônicos, essas lembranças se mantêm vivas em redes de sociabilidade variadas, tanto políticas como afetivas” (*idem*, p. 190). Pollak afirma que essas memórias subterrâneas têm em comum o fato de testemunharem as lembranças individuais e de grupos durante um longo tempo (até mesmo séculos). “Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política” (POLLAK, 1989, p.8). Essas memórias proibidas, indizíveis ou vergonhosas são guardadas em estruturas de comunicação informais. Uma vez que essas memórias subterrâneas conseguem “invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades” (*idem*, p. 5).

A estratégia é possibilitar que novas formas de comunicação, idealizadas pelas classes subalternas, possam emergir em suas localidades, alterando a recepção dos moradores dessas localidades, possibilitando uma nova visão de mundo, e a construção de uma memória coletiva que se aproxime mais da realidade vivenciada por essas populações. O primeiro passo para a construção dessa nova hegemonia talvez seja a sistematização e difusão por essas classes dessas memórias subterrâneas, denunciando preconceitos e injustiças e expressando uma consciência crítica. Essa difusão deve ser feita por intelectuais que tenham uma relação forte de proximidade e afetividade em relação a essas localidades e que tenha consciência de seu papel e da importância da construção de uma nova hegemonia na luta política.

4. Abrindo a janela da favela: um novo olhar

As visões de mundo apresentadas pela mídia hegemônica em relação aos espaços populares partem de um senso comum já estabelecido e se limitam a tratar das temáticas de violência e criminalidade. Enquanto a violência policial contra moradores e



entre grupos de traficantes dentro desses espaços se torna rotineira e naturalizada, os instrumentos de coerção e consentimento – TVs, rádios, jornais, religião, etc. – reduzem cada vez mais a participação popular nos processos decisórios.

Hoje são várias as estratégias de convencimento e entre elas a violência direta sobre os moradores de favelas e periferias está arraigada no dia-a-dia dessas populações. Virgínia Fontes levanta um paradoxo: ao mesmo tempo em que atingimos um alto grau dos meios de persuasão, há o crescimento de métodos coercitivos. Para Fontes, essa sociabilidade que se apresenta como organizadora, participante e democrática, na verdade “reduz a participação popular a âmbitos estreitos, assim como bloqueia o horizonte democrático, blindando a política de forma a que não envolva transformações substantivas na vida social” (2008, p. 146).

Esses discursos hegemônicos sustentam uma visão de distância entre as favelas e periferias dos espaços ditos *formais*. Além disso, estabelecem ainda uma tensão entre esses dois espaços na cidade via reprodução de intervenções que atingem os espaços populares sem contribuir para a mudança desse cenário caracterizado pela discriminação dos moradores dessas localidades e da segmentação dos espaços urbanos.

Essa visão de mundo estigmatizante se pauta também pelo discurso criminalizante desses espaços. Esse discurso apresenta as favelas e periferias como o espaço onde estão os bandidos da cidade. Em entrevista ao site de notícias G1⁶, em outubro de 2007, o governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral disse que as favelas são fábricas de marginais⁷, propondo a legalização do aborto como medida contra a violência no Rio. Na entrevista, o governador declarou: “Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal” (G1, 27/10/2007). A declaração, além do preconceito, apresenta dois erros: o primeiro é a comparação das taxas de natalidade das favelas do Rio (2,6 filhos por mulher, contra 5,4 e 6,1, no Gabão e Zâmbia, respectivamente) e o segundo é associar o aborto como instrumento de redução da taxa de criminalidade na medida em que impede o nascimento de crianças indesejadas e criadas em famílias desestruturadas.

⁶ <http://www.g1.com.br>

⁷ Acesso no dia 27 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>



Mas esse tipo de declaração é visto de forma natural pelos leitores dos grandes jornais cariocas e do país. Para eles, é mesmo na favela onde nascem e moram os bandidos das cidades. Esta visão também não é recente, desde o início do século XX, a mídia e o poder público apresentavam os cortiços e favelas como o foco da criminalidade. Esse discurso criminalizante surge como justificativa a uma ordem social imposta pelos setores dominantes às favelas e de um conjunto de ações promovidas pelo poder público, na conformação de um espaço cada vez mais destituído do sentido de urbanidade.

Ao fazermos uma rápida análise das organizações político-culturais localizadas em favelas, percebemos que são escassas e precárias. Essas debilidades estão associadas ao consenso estabelecido pelos aparelhos privados de hegemonia, que acontece em paralelo com a precarização da educação e a ausência do poder público nessas localidades.

Ainda assim, as organizações que conseguem nesse meio se manifestarem e ultrapassarem esses obstáculos, como diversas rádios comunitárias espalhadas pelas favelas cariocas, passam ainda pela coerção do Estado. Em apenas um dia de fevereiro de 2009, cinco rádios comunitárias foram fechadas na favela de Cidade de Deus, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Além das cinco, outras rádios comunitárias foram fechadas no mesmo mês e a expectativa da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) é que mais 200 sejam fechadas até o final do ano de 2009. Na Cidade de Deus, o fechamento das rádios contou ainda com a presença de 50 policiais militares do Bope (Batalhão de Operações Especiais), o que por si só já é uma forma de criminalizar as rádios⁸.

Em relação às rádios comunitárias, vemos uma grande contradição: até o ano de 1998, não havia qualquer lei que regulasse essas rádios. É a partir da Lei 9612 de 1998 que elas passaram a ter uma regulamentação legal. Desde então, mais de 18 mil pedidos de concessão foram enviados para o Ministério das Comunicações, mas até hoje apenas três mil foram analisados. Também em fevereiro de 2009 a Rádio Novo Ar, de São Gonçalo, teve suas portas fechadas por medida judicial. Funcionando desde 1996, em 1998 – quando da criação da lei que regulamenta as rádios comunitárias – foi dado entrada no processo de pedido de concessão, mas até hoje a rádio não obteve resposta e foi penalizada na justiça.

⁸ O Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar é usado comumente em situações de extremo risco e são treinados para agirem com violência.



Com as dificuldades apresentadas, é preciso pensar em rotas alternativas de comunicação que sejam capazes de *abrir a janela da favela*, apresentar uma nova visão desses locais que seja capaz de abranger toda a sua diversidade e diferenças, sem que para isso seja necessário deixar de lado os problemas vividos dentro dessas localidades. Convém lembrar que não é objetivo idealizar as favelas e seus moradores. Pelo contrário, é necessário reconhecer que as favelas não estão colocadas como o espaço ideal de vivência e moradia para a população, já que é fruto das desigualdades sociais existentes em nossa sociedade.

Para superar os obstáculos colocados pelos grupos de poder dominantes – seja através da mídia ou através do estado – acreditamos ser preciso construir uma nova linguagem, que seja capaz de *ressignificar* as favelas e seus moradores. Essa ressignificação da favela se refere de forma mais abrangente às classes e grupos subalternos, hoje representados em grande parte por moradores dessas localidades. Esse novo significado será alcançado dando voz a essa classe e tornando possível que suas experiências e falas sejam difundidas e apreendidas pelo conjunto da sociedade. Diferente do que a hegemonia dominante faz parecer, não ouvimos as vozes das classes subalternas porque os moradores são passivos e não tenham nada a dizer, mas porque essa voz é contida – e comumente distorcida – de diversas formas, impedindo que essa outra visão de mundo chegue até o conjunto da sociedade.

Ao possibilitarmos condições de participação e diálogo para que as criações desses moradores interajam com o conjunto da sociedade, *abrimos as janelas da favela* no sentido de criar condições para a construção de alternativas pelo direito à cidade. É a partir da superação desses estigmas, do resgate da auto-estima e da valorização dos espaços públicos que será possível superar essas barreiras impostas no processo histórico de destruição da urbanidade imposto pelos setores dominantes. Essas condições serão alcançadas com a criação de mecanismos de participação popular, com participação ativa dos moradores de favelas e periferias na formulação e produção dessas ferramentas de afirmação dessas populações como cidadãs de fato.

A criação de novos conteúdos de mídia oferece a oportunidade para a construção de olhares inovadores a respeito dos espaços populares e para a afirmação de uma cidade diversificada e plural. O estímulo à emergência de uma nova linguagem no campo da comunicação, protagonizada por moradores de comunidades populares, oferece a oportunidade de que novos olhares possam ser elaborados a respeito desses espaços e permite que se avance na luta pela hegemonia no campo da representação da



cidade, na qual esta seja vista, acima de tudo, como espaço da diferença, da solidariedade e do encontro plural.

Pensar a comunicação como uma ferramenta de sociabilidade não é nenhuma novidade. Porém, a construção da aceitação da diversidade e do fim do preconceito está longe de ser hoje um dos objetivos da mídia hegemônica. A idéia proposta é de pensar a troca de mensagens como instrumento para construção da tolerância e da aceitação da diferença, a comunicação como matéria prima da diversidade. Essa comunicação deve levar em conta que não é interessante para essa proposta a imposição de formas e estratégias de comunicação que não sejam pensadas de forma coletiva junto aos grupos sociais envolvidos, como é comum se estabelecer na mídia hegemônica. Essa produção deve ser pensada de forma que os grupos e classes sociais subalternas possam ser eles os formuladores das idéias. Diferente do que os modelos tradicionais já realizaram, que propunham uma caminho de ação para as comunidades pobres, quando estes últimos se limitavam a aceitar a intervenção vinda de fora, com interesses diferenciados e que não reconheciam a pluralidade e a diversidade dessas localidades, precisamos de uma relação de colaboração, e não de imposição, com a participação ativa dos moradores como objetivo fundamental. Como coloca Rodriguez, a participação ativa dos moradores como ferramenta essencial para essas novas mídias foi comprovada quando acadêmicos e ativistas dos países periféricos

liderados pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire, desafiaram a crença de que os meios de comunicação de massa eram os meios mais apropriados para serem utilizados em um processo de transformação social. Marcados pela questão da propriedade, os meios de comunicação privilegiam abordagens que pouco têm a ver com o bem-estar das grandes maiorias do terceiro mundo. Esta convicção fez com que ativistas e acadêmicos ao redor do mundo se dedicassem a explorar possibilidades distintas. O resultado foi um movimento mundial voltado para o uso de meios cidadãos nos processos de transformação social (2001, p. 75)

Bibliografia

ATHAYDE, Phydia de. **Rádios comunitárias lutam para não ser fechadas nem apropriadas por políticos ou religiosos.** In <http://www.piratininga.org.br>, acesso em 27 de fevereiro de 2009.



BAHKTIN, Mikhail. [Volochnov]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 12 ed., 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: um ensaio sobre as idéias e formas**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Gramsci: a comunicação como política**. In COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

DAWBOR, Ladislau. **Informação para a cidadania**. In dowbor.org/04infocid.doc, acesso em 20 de janeiro de 2009.

FONTES, Virgínia. **Intelectuais e mídia – quem dita a pauta?** In COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GOULART, Ana Paula. **Os meios de comunicação e as políticas de memória e esquecimento**. In COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3 ed., vol. 1, vol. 2 e vol. 3, 2007.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JB ON LINE. **A mídia produziu seus próprios intelectuais**. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernos/ideias/2004/07/30/joride20040730003.html>, 31/07/2004, acesso em 20 de janeiro de 2009.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (understanding media). São Paulo: Cultrix, 3 ed., 1971.

O GLOBO ON LINE. **Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro**. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>, acesso em 27 de fevereiro de 2009

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.



RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 3 ed., 1999.

RODRIGUEZ, Clemencia. **Sociedad civil y medios ciudadanos de paz para El nuevo milênio**. Revista de Estudios Sociales, n. 8, Universidad de los Andes, p. 73-82, 2001.

SANTOS, Suzy. **Relações incestuosas**: mercado global, empresariado nacional de radiodifusão e líderes políticos locais/regionais. In: FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael (orgs.). **Novos rumos da cultura da mídia** – indústrias, produtos, audiências. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.